

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Gardã



Trabalho 2585 - 1/3

ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
COMO AMBIENTES DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ACESSÍVEIS:
RELATO DE EXPERIÊNCIAARAGÃO, Antonia Eliana de Araújo Aragão¹PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitas²

Introdução: De modo geral, as associações são ambientes que possibilitam discussões entre as pessoas que apresentam interesses comuns diante de determinadas situações. Essas pessoas por meio da formação de consciência crítica elevada desenvolvem o conhecimento. Tal conhecimento propicia a participação da comunidade em políticas sociais, proporciona convicções sobre o controle e eficácia geradores de atitudes e intenções quanto à promoção de valores, contribui para a tomada de decisão, desenvolvimento das habilidades, por meio da busca de políticas públicas para o suporte ambiental e social. Dessa maneira, a participação da comunidade em políticas sociais podem apresentar-se como a participação da sociedade civil na esfera pública via conselhos e outras formas institucionais, não para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever, qual seja: proporcionar educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade para todos¹ **Objetivo:** Descrever a experiência vivenciada na Associação das Pessoas com Necessidades Especiais da Região Norte do Estado do Ceará. **Metodologia:** Estudo descritivo do tipo relato de experiência, realizado no período de junho a agosto de 2009, na Associação das Pessoas com Necessidades Especiais da Região Norte do Estado do Ceará - APNE, por meio de registro do comportamento dos sujeitos integrantes da associação. A discussão das observações se deu por categorização. **Resultados:** A partir dos registros das observações emergiram as seguintes categorias: *Aceitação da deficiência*. As discussões dos associados enfocam a aceitação da deficiência a partir da própria pessoa, assim como, a dificuldade de lidar com as pessoas com

¹ Enfermeira, Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: antoniaeliana@superig.com.br

² Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Professora do Programa de pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC), Pesquisadora do CNPq.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Gardã



Trabalho 2585 - 2/3

deficiência, pois até a própria forma de abordar o tema é discriminativa ou incômoda. Cabe a estas pessoas se conscientizar dos seus deveres e direitos e lutar para conquistar os meios, garantir e assegurar melhor qualidade de vida, independente das características apresentadas, muitas vezes as diferenças são tão acentuadas que a maioria não sabe como superá-las. Isto se deve às características peculiares de sua deficiência, porquanto a imagem do senso comum sobre as pessoas com deficiência é a de alguém que foge aos padrões de normalidade² As diferenças, porém, são características inerentes ao ser humano. Diante da situação é indispensável à busca diária da compreensão do outro em toda sua dimensão. É necessário ao enfermeiro adquirir habilidades que contribuam para a inclusão social da pessoa com deficiência³. *Reconhecimento social*; observaram que durante as discussões emergiram questões inerentes ao reconhecimento social e como pessoa. Pois, muitos olhares e atitudes de outras pessoas demonstram piedade ou outras formas de desprezo, como se ignorasse a existência, de forma a inviabilizar a participação de qualquer natureza. *Construção de espaços acessíveis*; uma das preocupações evidentes nas discussões perpassa pela construção dos espaços acessíveis em busca da acessibilidade, em todos os ambientes indispensáveis à vida normal. Compreendem-se dessa maneira um despertar para a construção de espaços acessíveis, os quais foram instituídos pela Carta Magna de 1988, e reforçados pela legislação regulamentadora da proteção ao deficiente físico, de forma clara e contundente na fixação de condições obrigatórias a serem desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade para a integração dessas pessoas aos fenômenos vivenciados pela sociedade. Conforme previsto na legislação, incentivam-se ainda a construção de espaços acessíveis, a eliminação de barreiras físicas, naturais ou de comunicação, em qualquer ambiente, edifício ou mobiliário. Um espaço acessível é aquele que oferece às pessoas com deficiência condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, das edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos assim definidos na norma brasileira. apresentam-se como espaço livre de barreiras não somente aos deficientes físicos, mas também aos sensoriais, auditivos, visuais e aos idosos⁴ Para ser alcançada a acessibilidade requer diferentes arranjos do ambiente, de modo a permitir às pessoas usá-los de várias maneiras, tornando-se um espaço que as estimule e que elimine as

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Guardiã



Trabalho 2585 - 3/3

frustrações de viver em um espaço gerador de intimidações⁵ (ABNT, 2003). Nesse contexto, compreendem-se o ser humano como um ser social independente de qualquer situação. Por isso, ele deve ser orientado e mobilizado para a participação efetiva, com vistas à valorização individual e coletiva. Ademais, deve elevar a auto-estima, colaborar para a mudança de hábitos, costumes e posturas. *Considerações finais:* A experiência na APNE, demonstra o quanto às pessoas consideradas normais precisam apreender com as pessoas com deficiência. Pois, as discussões dessas pessoas conduzem a reflexão de que a vida e seus movimentos, a construção dos ideais, a luta pelos direitos, a construção do conhecimento de causa, o exercício da cidadania, vai além da discriminação, do medo dos enfrentamentos, ou dos membros perfeitos para a locomoção. Os participantes da APNE, por meio dos discursos, demonstram o quanto são capazes de vencer obstáculos e desafios, mesmo que para isso necessitem de apoio de órtese, prótese, ou outros.

Descritores: Deficiência física; Aprendizagem por Associação de Pares; Direitos Humanos.

Referências

- 1 GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade. **Saúde Soc.**, v. 13, n. 2, p.20-31, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 24 nov. 2008.
- 2 FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Ditos e não ditos sobre a integração social das pessoas com deficiência. **Rev. RENE**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 61-62, 2002.
- 3 FRANÇA, I. S. X. **Formas de sociabilidade e instauração da alteridade:** vivência das pessoas com necessidades especiais. 2004. 226 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- SÃO PAULO. Lei Estadual nº 9.086, de 3 de março de 1995. Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta a adequação de seus projetos, edificações, instalações e mobiliário ao uso de pessoas portadoras de deficiências. Disponível em:<<http://www.deficienteeficiente.com.br/leis/9086.html>>. Acesso em: 15 jan. 2004.
- 5 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências e edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<http://www.aibr.com/det/sadet/acesso.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2003.